



Relatório de Gestão

Ano 2008

(Ponto 13 do POCAL)



INDICE

1. Introdução	3
2. Organização Municipal	4
2.1 <i>Caracterização da Entidade</i>	4
2.2 <i>Estrutura Política</i>	5
2.3 <i>Estrutura Organizativa</i>	7
3. Recursos Humanos	8
4. Análise à Execução dos Documentos Previsionais	
4.1 <i>Do Orçamento</i>	
4.1.1 <i>Receita</i>	12
4.1.2 <i>Despesa</i>	17
4.1.3 <i>Rácios</i>	20
4.2 <i>Das Grandes Opções do Plano</i>	
4.2.1 <i>Plano Plurianual de Investimentos</i>	22
4.2.2 <i>Actividades Mais Relevantes</i>	23
5. Análise Económico-financeira	
5.1 <i>Evolução da Situação Económica</i>	24
5.2 <i>Evolução da Situação Financeira</i>	28
5.3 <i>Rácios</i>	32
6. Endividamento	
6.1 <i>Evolução da Dívida</i>	34
6.2 <i>Enquadramento do Município face aos Limites Legais</i>	37
7. Proposta de Aplicação dos Resultados	41
8. Factos Relevantes verificados Após o Encerramento do Exercício	42



1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 47º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e no nº.2 do Ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), foi elaborado o presente Relatório.

Pretende-se, com o presente documento, completar os Documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício económico do ano 2008.

O Documento foi elaborado nos termos e de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Pocal e destina-se a apresentar pelo Órgão Executivo ao Órgão Deliberativo conforme previsto pela alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

No seguimento dos pressupostos inerentes aos objectivos previstos pelo Pocal, o presente Relatório visa proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira do Município, de forma a poder constituir um instrumento de extrema importância na gestão da Autarquia.

O Documento começa por fazer uma breve abordagem à organização e ordenamento do Município, relatando, para o efeito, a sua estrutura política e organizativa e dando particular destaque a um dos pilares mais importantes de qualquer Organização, os Recursos Humanos.

Das matérias tratadas, relevam-se três pontos, a análise à execução orçamental, a situação económico-financeira do Município e a evolução do endividamento da Autarquia face aos limites legalmente impostos.

Na metodologia utilizada para apresentação da informação e com o objectivo de a tornar mais facilmente compreensível, destacam-se as representações gráficas e os quadros, que, e sempre que possível, estabelecem também uma análise comparativa com os dados relativos a anos anteriores.



2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 Caracterização da Entidade

Identificação:

Designação: Município de Monforte

Morada: Praça da República

7450-115 Monforte

NIF: 506873412

Telefone (Geral): 245578060

Fax: 245573423

Email: cmmonforte@mail.telepac.pt

Planeamento e Ordenamento territorial:

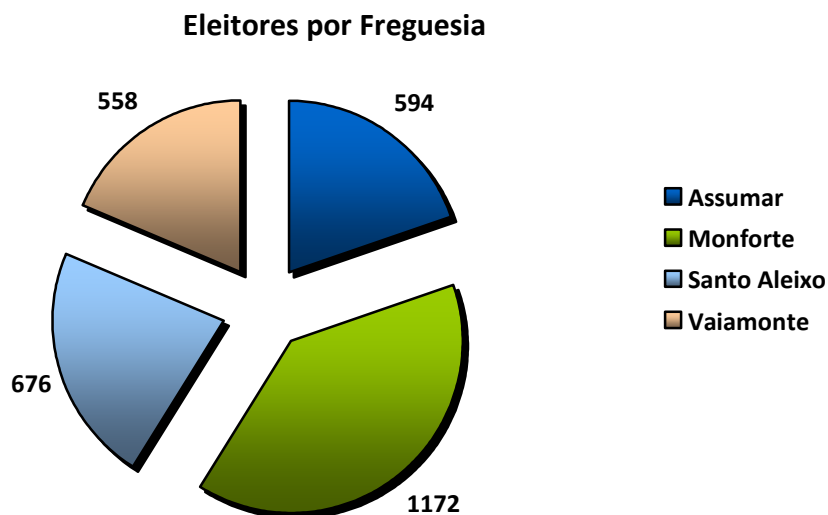
O Município possui uma área geográfica de, aproximadamente, 420 Km². A divisão administrativa do concelho é composta por 4 freguesias: Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte.

No Município vigoram 5 instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, o Plano Director Municipal, ratificado pela RCM n.º 176/95, publicada no D.R., I Série-B, n.º 292/95, de 20 de Dezembro e que passa, actualmente, por um processo de revisão, e 4 Planos de Urbanização, um por cada freguesia:

- Plano de Urbanização da Freguesia de Assumar, ratificado pela RCM n.º 90/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 160, de 9 de Julho de 2004.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Monforte, ratificado pela RCM n.º 172/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 292, de 15 de Dezembro de 2004.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Santo Aleixo, ratificado pela RCM n.º 67/2005, publicada no DR, I Série-B, n.º 53, de 16 de Março de 2005.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Vaiamonte, ratificado pela RCM n.º 117/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 178, de 30 de Julho de 2004.



A população residente do concelho é de 3.393 habitantes (Sensos 2001) e o número total de eleitores é de 3.000, com a seguinte distribuição por freguesias:



(fonte: STAPE)

Controlo Interno:

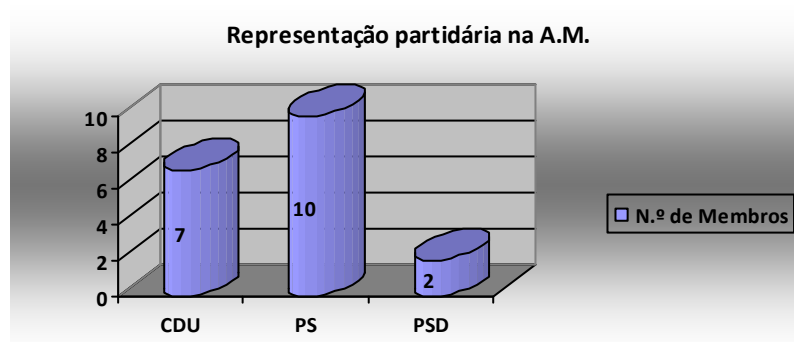
A Câmara Municipal possui um Regulamento de Controlo Interno, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 30 de Junho de 2006 e publicado no D.R. n.º 86, 2.ª Série, de 4 de Maio de 2007.

2.2 Estrutura Política

A estrutura política do Município é composta por dois Órgãos, a Câmara Municipal ou Órgão Executivo, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal ou Órgão Deliberativo, com funções, predominantemente, de carácter deliberativo e fiscalizador da actividade da Câmara.



A Assembleia Municipal é composta por 19 membros, dos quais 15 são eleitos directamente e os outros 4 assumem a função por inerência ao exercício do cargo de Presidentes de Junta das respectivas Freguesias. A Assembleia apresenta a seguinte composição partidária:



O Órgão Executivo é constituído por 5 elementos - 1 Presidente e 4 Vereadores - a quem compete definir as estratégias e políticas municipais, bem com a tomada de decisões sobre a actividade dos diversos serviços municipais.

Dos 4 vereadores, 2 encontram-se em regime de permanência e não se encontra nenhum a meio tempo.

O quadro seguinte apresenta a relação nominal dos responsáveis, o cargo exercido e as responsabilidades atribuídas na área da gestão municipal:

Nome	Cargo	Pelouros
Rui Manuel Maia da Silva	Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação Geral da Actividade Municipal;• Informação Municipal;• Relações Institucionais;• Gestão Administrativa e Financeira;• Gestão do Património Municipal;• Gestão Recursos Humanos;• Planeamento Municipal;• Fundos Comunitários;



		<ul style="list-style-type: none">• Novos Projectos Estratégicos;• Assuntos Financeiros/Turismo;• Acção Social;• Coordenação/Gestão do Projecto Monforfeira;• Educação, a)
Gonçalo Nuno Ribeiro Brandão Amanso Lagem	Vice-Presidente Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Obras Municipais;• Urbanismo e Habitação;• Licenciamento de Obras Particulares;• Cultura;• Educação b);• Desporto.
João Manuel Carola Gabriel	Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente;• Higiene e Limpeza Urbana;• Espaços Verdes e Jardins;• Águas e Saneamento;• Estaleiro Municipal;• Parque de Máquinas e Viaturas;• Transportes Municipais;• Protecção Civil;• Cemitérios.
Vasco Manuel Martins Coelho	Vereador	Sem Pelouros atribuídos
Lomelino António Serrano Ideias	Vereador	Sem Pelouros atribuídos

a) Passou a exercer funções na área da Educação desde Setembro/08;

b) Deixou de exercer funções na área da Educação desde Setembro/08;

2.3 Estrutura Organizativa

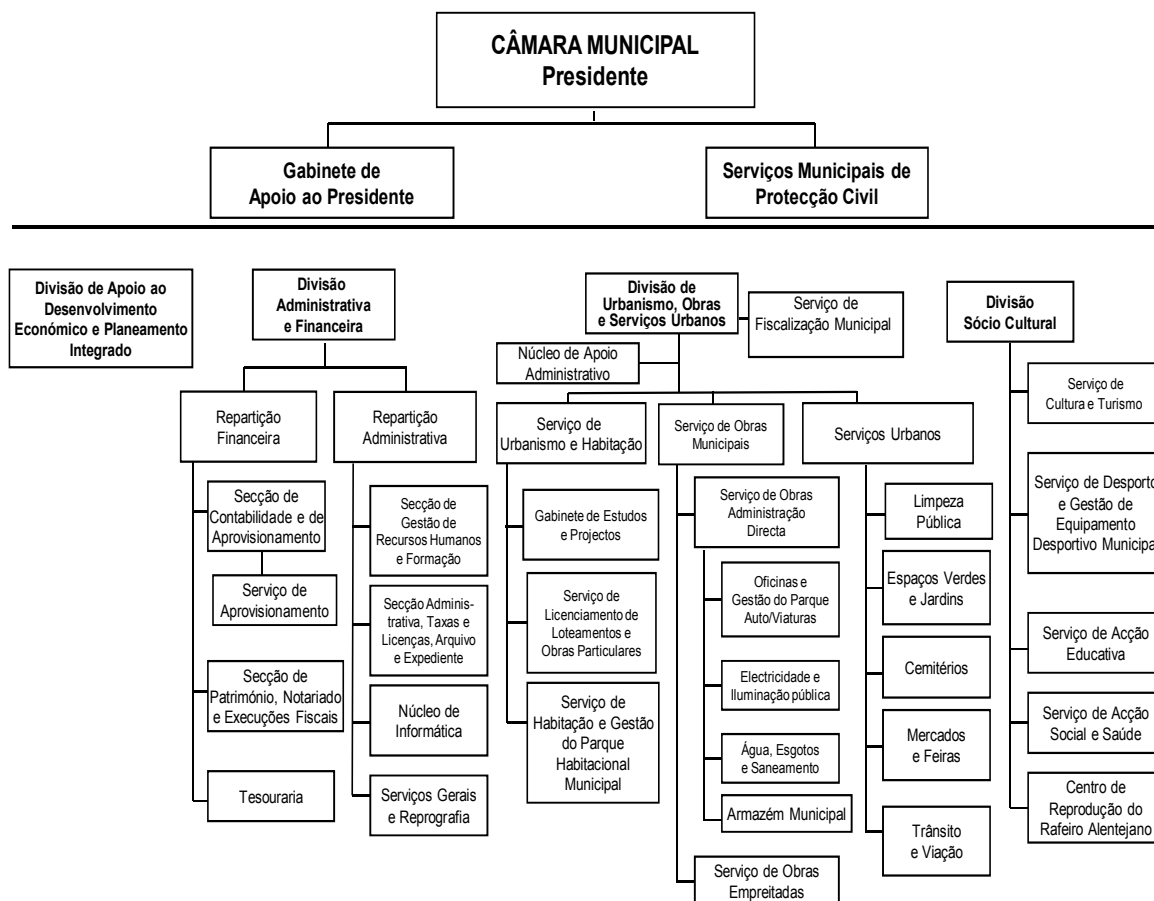
A estrutura organizativa da Câmara Municipal foi revista no ano 2002 e aprovada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 27 de Dezembro do mesmo ano.

Da mesma constam as seguintes Serviços/Unidades Orgânicas:

- Gabinete de Apoio ao Presidente;
- Serviços Municipais de Protecção Civil;
- Divisão Administrativa e Financeira;
- Divisão do Planeamento Integrado e apoio ao Desenvolvimento Económico;
- Divisão de Urbanismo, Obras e Serviços Urbanos;
- Divisão Sócio-Cultural.



ORGANOGRAMA



2. RECURSOS HUMANOS

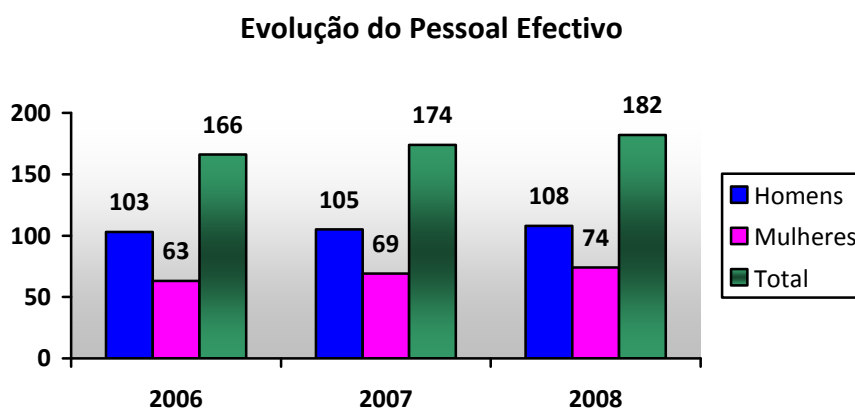
Como foi dito na introdução, os recursos humanos representam um dos pilares mais importantes de qualquer organização. O seu desempenho está cada vez mais dependente da capacidade de “saber fazer”. Assim, é neste sentido que se torna pertinente fazer uma abordagem a evolução do capital humano do Município nos últimos três anos, evidenciando, também, algumas das suas características actuais.



O Município, à data de 31 de Dezembro do ano 2008, contava com 182 efectivos, com as seguintes relações jurídicas de emprego:

RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO							
Nomeação		Requisição/Destacamento		Contrato de trabalho a termo resolutivo		Prestação de serviços	
H	M	H	M	H	M	H	M
87	46	1	0	13	24	7	4

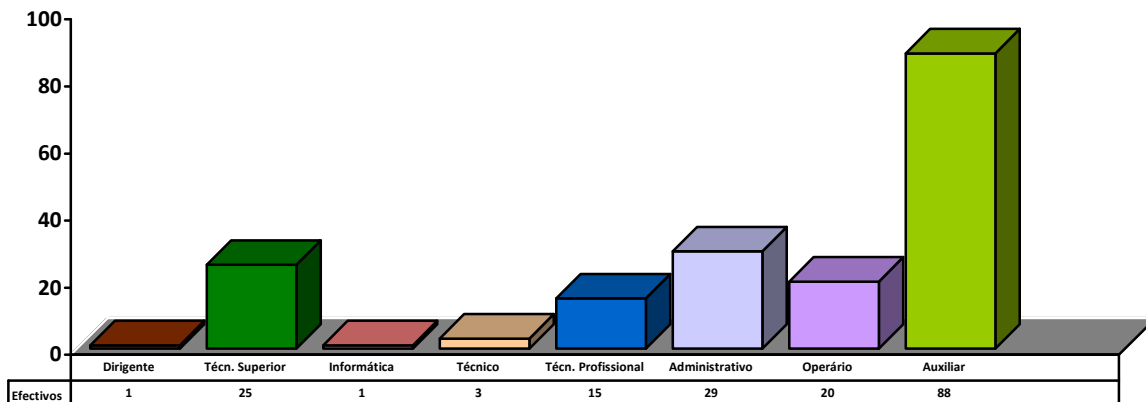
O pessoal efectivo apresenta a seguinte evolução nos últimos 3 anos:



Quanto à estrutura profissional, predomina o grupo de pessoal auxiliar, que, aliado ao pessoal operário excedem em mais de metade o efectivo de pessoal. É de salientar ainda o número de efectivos com qualificação superior (Técnicos Superiores).

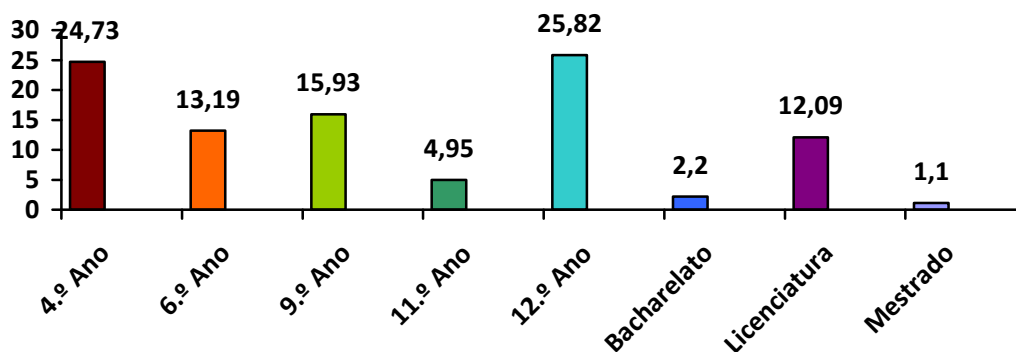


Estrutura Profissional 2008



Em relação ao grau de habilitações literárias, a análise dos dados apresentados revela-se positiva. Do efectivo total, aproximadamente 41% possuem habilitações literárias equivalentes ou superiores ao 12.º ano de escolaridade e destes, 33% possuem formação de grau superior.

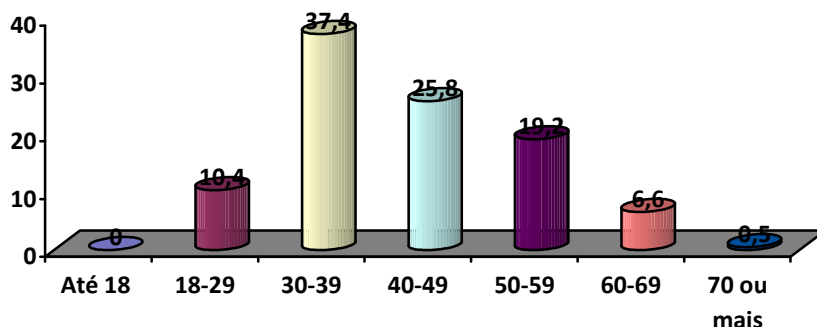
Estrutura Habitacional 2008



Da análise à estrutura dos escalões etários dos efectivos, verifica-se que apenas 26% estão acima do escalão dos 40-49 anos, isto é, têm 50 ou mais de 50 anos e de que, a maioria dos efectivos ao serviço do Município encontram-se entre os 30 e os 49 anos de idade (63%).

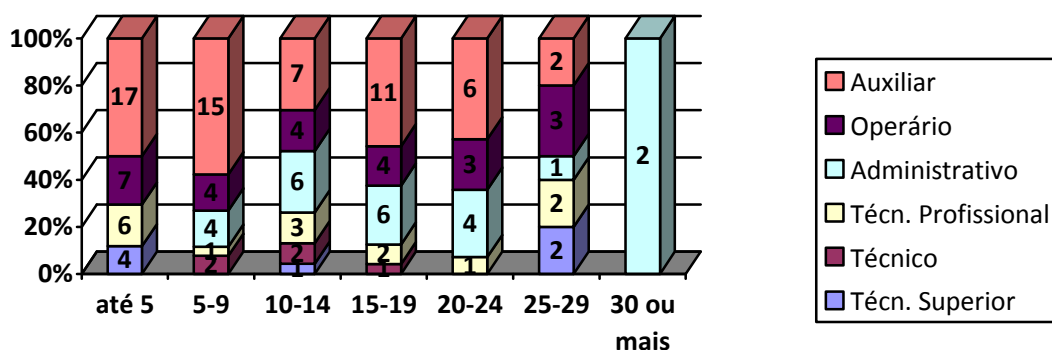


Escalões etários 2008



O seguinte gráfico mostra a estrutura da antiguidade no serviço, por grupo profissional, dos efectivos com vínculo ao Município:

Contagem da antiguidade



Dos dados pode-se extrair que, dos 133 funcionários apenas 2 administrativos contam com mais de 30 anos de antiguidade, contrapondo com os 83 funcionários com menos de 15 anos. Pode-se então concluir que o Município possui uma estrutura bastante sólida, que não sofrerá grandes alterações no seu efectivo dentro dos próximos anos.

Por último, de referir que, no âmbito da medicina no trabalho, através de um contrato celebrado por intermédio da A.M.N.A., foram efectuados os seguintes exames, com os custos aqui evidenciados:

Tipo de Actividade	N.º de casos	Valor (€)
Exames periódicos	133	3.311,39



3. ANÁLISE À EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Neste ponto, pretende-se analisar a execução das receitas e despesas, fazendo-se ainda uma abordagem à execução orçamental das Grandes Opções do Plano, distinguindo-se, para o efeito, a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) das Actividades Mais Relevantes (AMR).

Antes de entrarmos numa análise mais detalhada dos dois grupos que compõem o orçamento, a receita e a despesa, convém destacar alguns factos ocorridos durante a gerência.

Durante o ano 2008, ocorreram 21 modificações aos Documentos Previsionais, das quais, 11 foram ao orçamento e 10 às GOP's. Não se verificou qualquer revisão ao orçamento, pelo que o valor total das dotações corrigidas é igual ao valor total das dotações iniciais.

O quadro seguinte apresenta os desvios entre os valores previstos e os valores realizados, extraído-se desta análise a taxa de execução do orçamento, na sua globalidade, que ronda os 67%.

Controlo Orçamental	2008			
	Valor previsto	Valor realizado	Desvio	% de execução
Receita	9.559.990,00	6.407.632,51	3.152.357,49	67,03
Despesa	9.559.990,00	6.412.569,26	3.147.420,74	67,08

(em euros)

4.1 Do Orçamento

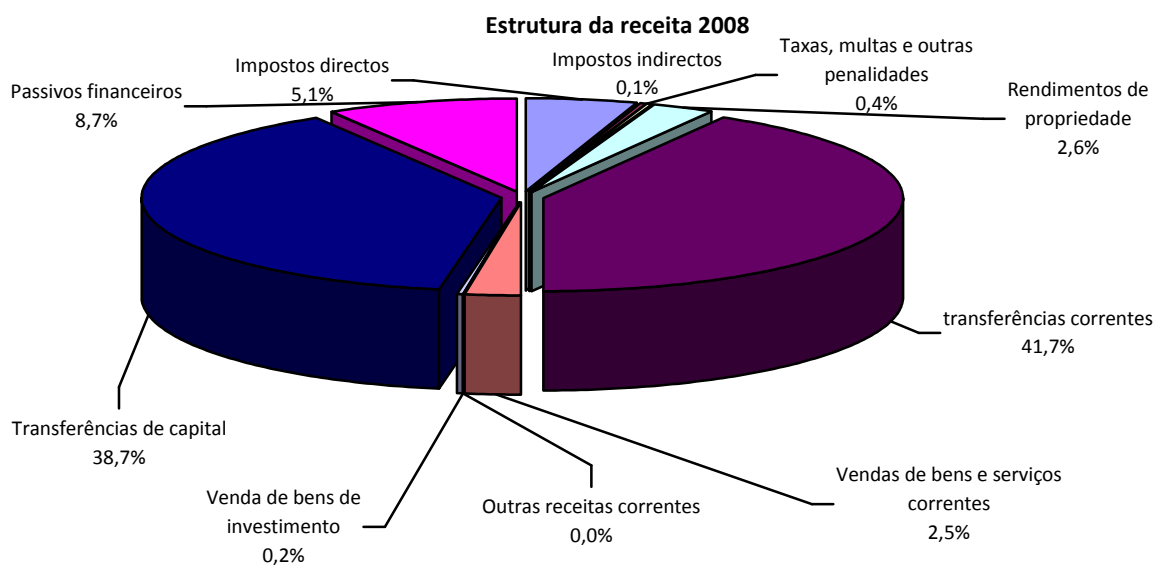
4.1.1 Da Receita

Na gerência em apreciação, o Município arrecadou um total de 6.407.632,51€, representando um crescimento aproximado de 16,6% face à gerência anterior. Da receita



total arrecadada, 52,45% respeitam a receitas correntes, no valor de 3.360.786,22€ e 47,55% a receitas de capital, no valor de 3.043.206,12€.

Receitas Municipais 2008		
Designação	Valor	%
Correntes:		
<i>Impostos directos</i>	326.994,81	5,1
<i>Impostos indirectos</i>	7.191,09	0,1
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	23.429,28	0,4
<i>Rendimentos de propriedade</i>	169.449,15	2,6
<i>Transferências correntes</i>	2.672.833,89	41,7
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	160.233,66	2,5
<i>Outras receitas correntes</i>	654,34	0,0
<i>Sub-Total</i>	3.360.786,22	52,4
Capital:		
<i>Venda de bens de investimento</i>	10.967,21	0,2
<i>Transferências de capital</i>	2.477.108,24	38,7
<i>Passivos financeiros</i>	555.130,67	8,7
<i>Sub-total</i>	3.043.206,12	47,5
<i>Outras receitas</i>	3.640,17	0,1
Total	6.407.632,51	100,0

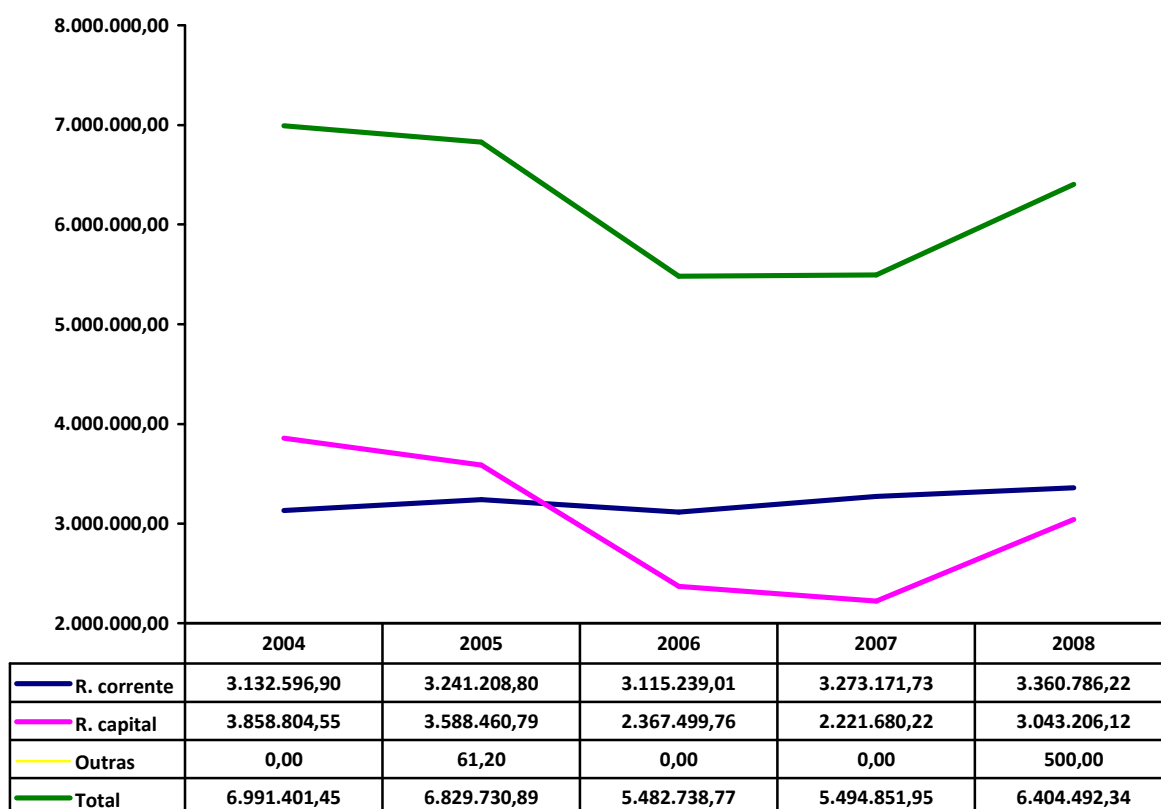




Como se pode constatar na análise ao gráfico anterior, as transferências, correntes e de capital, influenciam a receita total em cerca de 80%, mostrando a forte dependência que o Município tem deste tipo de receitas e ao mesmo tempo, revela a fraca capacidade que o Município tem de gerar receitas próprias (11%).

Evolução das receitas totais nos últimos 5 anos:

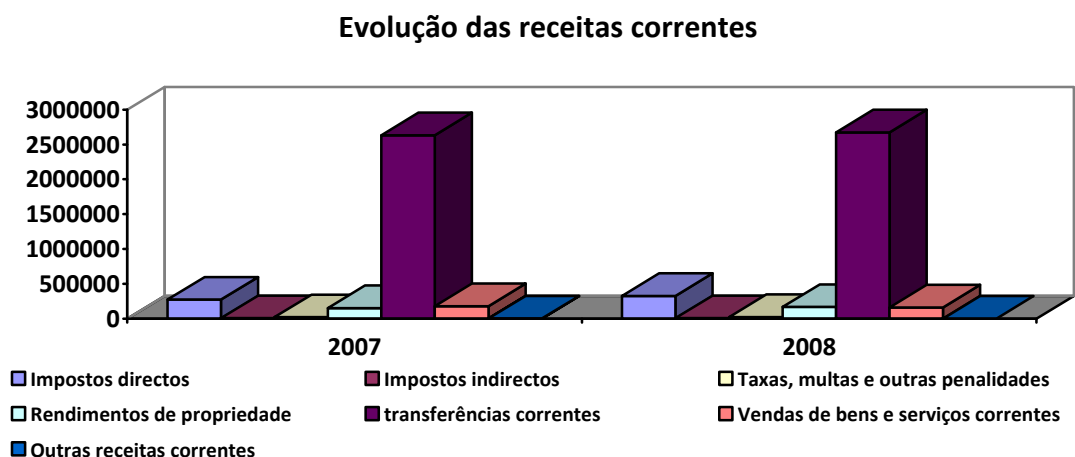
Evolução das receitas



Da observação do gráfico respeitante à evolução das receitas municipais nos últimos 5 anos verificamos que as receitas correntes mantêm-se praticamente estáveis, fazendo-se notar a influência negativa do decréscimo das receitas de capital no total da receita arrecadada nos anos 2006 e 2007. Regista-se uma recuperação significativa no ano 2008.



Evolução das receitas correntes nos últimos 2 anos:



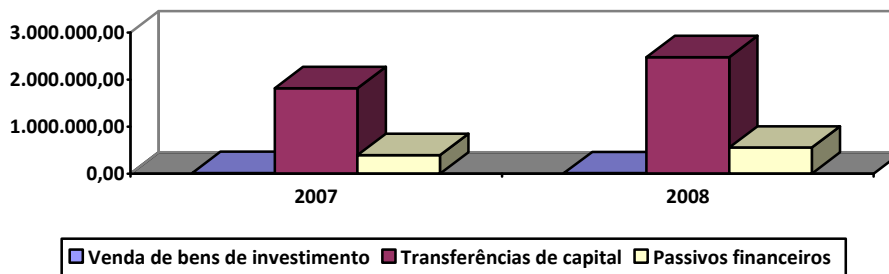
Evolução das receitas correntes				
Designação	2007	%	2008	%
<i>Impostos directos</i>	274.978,52	8,4	326.994,81	9,7
<i>Impostos indirectos</i>	7.144,04	0,2	7.191,09	0,2
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	21.707,56	0,7	23.429,28	0,7
<i>Rendimentos de propriedade</i>	152.981,20	4,7	169.449,15	5,0
<i>Transferências correntes</i>	2.632.656,51	80,4	2.672.833,89	79,5
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	179.813,78	5,5	160.233,66	4,8
<i>Outras receitas correntes</i>	3.890,12	0,1	654,34	0,0
Total	3.273.171,73	100,0	3.360.786,22	100,0

Comparando agora a estrutura das receitas correntes nos últimos dois anos, verifica-se que existe a mesma tendência, isto é, uma forte dependência das transferências correntes. Salienta-se, no entanto, o aumento verificado nos impostos directos, muito à custa das alterações introduzidas através da nova legislação sobre o IMI e o IMT.



Analisando agora a evolução das receitas de capital nos últimos 2 anos:

Evolução das receitas de capital

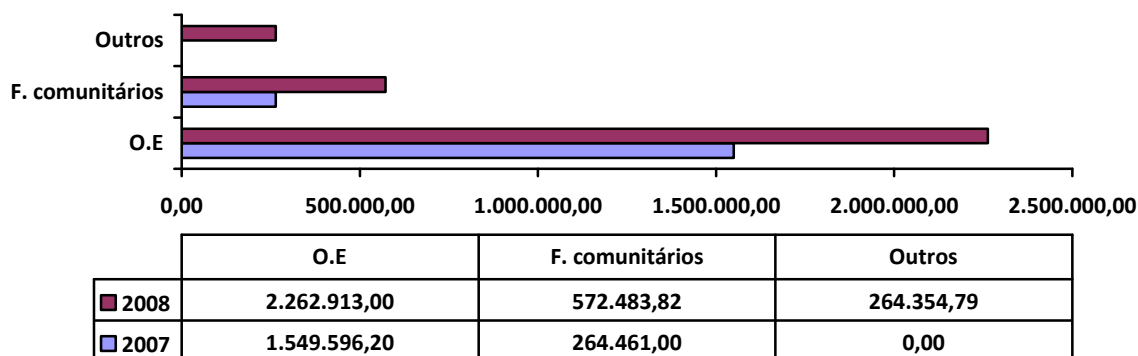


Evolução das receitas de capital				
Designação	2007	%	2008	%
<i>Venda de bens de investimento</i>	11.877,75	0,5	10.967,21	0,4
<i>Transferências de capital</i>	1.814.057,20	81,7	2.477.108,24	81,4
<i>Passivos financeiros</i>	395.745,27	17,8	555.130,67	18,2
<i>Total</i>	2.221.680,22	100,0	3.043.206,12	100,0

Verifica-se que a tendência aqui também se mantém, isto é, as transferências de capital contribuem com mais de 81% para o total das receitas de capital, provindo a restante importância da utilização de empréstimos de curto, médio e longo prazos.

Há a salientar ainda, o aumento verificado na receita total, de um ano para o outro, que atingiu cerca de 37%.

Estrutura das transferências de capital



Desagregando agora as transferências de capital dos dois anos em análise, pode-se compreender que a diferença registada resulta, quer do aumento nas transferências



provenientes do O.E., quer da capacidade alcançada pelo Município no recurso aos fundos comunitários durante este último ano do III QCA.

4.1.2 Da Despesa

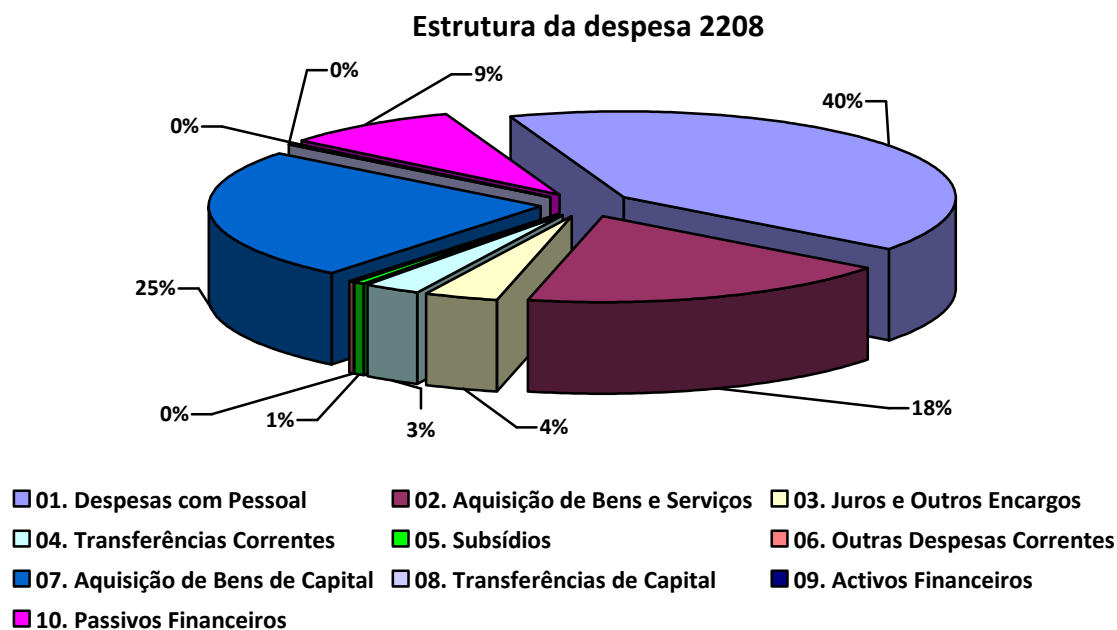
No capítulo da despesa, em relação à previsão inicial, a taxa de execução foi de 67,08%, com as despesas correntes a atingirem uma taxa de 87,49% do orçamentado, e as de capital a atingirem a taxa de 45,92%.

Os próximos mapas e gráficos apresentam, por classificação económica, o comportamento das despesas correntes e de capital durante o ano de 2008.

Despesas Municipais 2008		
Designação	Valor	%
Correntes:		
01. Despesas com Pessoal	2.618.754,31	40,8
02. Aquisição de Bens e Serviços	1.167.546,20	18,2
03. Juros e Outros Encargos	232.421,55	3,6
04. Transferências Correntes	178.256,76	2,8
05. Subsídios	48.420,54	0,8
06. Outras Despesas Correntes	11.503,78	0,2
<i>Sub-Total</i>	4.256.903,14	66,4
Capital:		
07. Aquisição de Bens de Capital	1.579.642,17	24,6
08. Transferências de Capital	20.000,00	0,3
09. Activos Financeiros	0,00	0,0
10. Passivos Financeiros	556.023,95	8,7
<i>Sub-Total</i>	2.155.666,12	33,6
Total	6.412.569,26	100,0



Do total da despesa executada, 66,4% respeitam a despesas correntes, a que corresponde o valor de 4.256.903,14€ e 33,6% a despesas de capital, no valor de 2.155.666,12€, perfazendo uma despesa total de 6.412.569,26€.

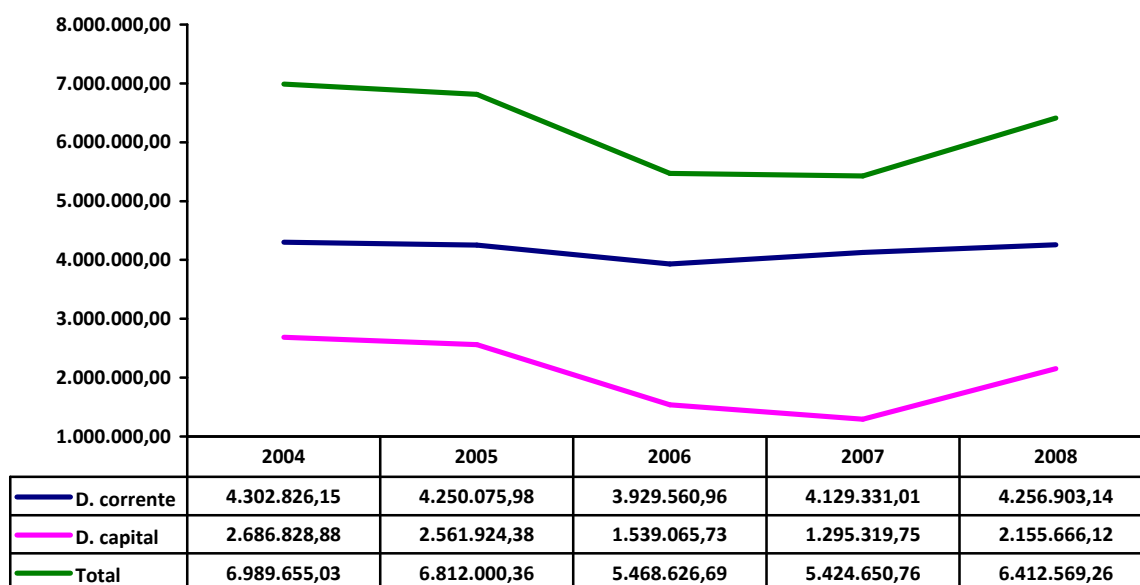


Como se pode verificar no gráfico anterior, as rubricas com mais peso no total das despesas são, no que respeita a despesas correntes, as de despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, com taxas de 40% e 18%, respectivamente, pelo lado das despesas de capital a aquisição de bens contribuiu com uma taxa de 25%.



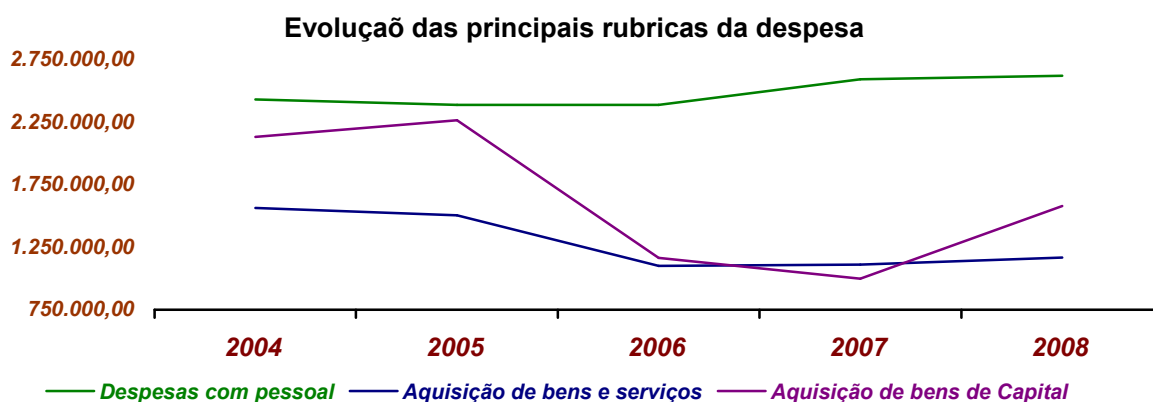
Evolução das despesas totais nos últimos 5 anos:

Evolução das despesas



Verifica-se um decréscimo na despesa nos anos 2006 e 2007, reflexo da evolução negativa verificada na receita. As despesas correntes mantiveram-se, sensivelmente, ao mesmo nível ao longo dos cinco anos, reflectindo-se a quebra da receita nas despesas de capital.

O gráfico seguinte relaciona à evolução, nos últimos cinco anos, das rubricas mais representativas da despesa:





Da análise, verifica-se uma tendência nas despesas com pessoal para se manterem constantes, uma quebra ligeira na aquisição de bens e serviços, mais acentuada nas despesas de capital nos anos 2006 e 2007. Nota-se uma recuperação do Investimento no ano 2008.

4.1.3 Rácios

De seguida apresentam-se alguns indicadores orçamentais:

Rácios de estrutura da receita e da despesa:

$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{6.407.632,51}{6.412.569,26}$	=	99,92%	mede o grau de cobertura da despesa total pela receita
$\frac{\text{Receita corrente}}{\text{Despesa corrente}}$	$\frac{3.360.786,22}{4.256.903,14}$	=	78,95%	mede o grau de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes
$\frac{\text{Receita de capital}}{\text{Despesa de capital}}$	$\frac{3.043.206,12}{2.155.666,12}$	=	141,17%	mede o grau de cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital
$\frac{\text{Receitas próprias}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{698.919,54}{6.412.569,26}$	=	10,90%	mede o grau de cobertura da despesa total pelas receitas próprias da Autarquia
$\frac{\text{Fundos municipais}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{4.137.544,00}{6.412.569,26}$	=	64,52%	mede o grau de cobertura da despesa total pelos fundos municipais
$\frac{\text{Passivos financeiros}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{555.130,67}{6.412.569,26}$	=	8,66%	mede o grau de financiamento da despesa total pela receita proveniente dos empréstimos de terceiros

Rácios de estrutura da receita:

$\frac{\text{Receitas próprias}}{\text{Receita total}}$	$\frac{698.919,54}{6.407.632,51}$	=	10,91%	mede o peso das receitas próprias da Autarquia na receita total
$\frac{\text{Transferências do Estado}}{\text{Receita total}}$	$\frac{4.256.388,31}{6.407.632,51}$	=	66,43%	mede o peso das transferências provenientes do O.E. na receita total da Autarquia
$\frac{\text{Passivos financeiros}}{\text{Receita total}}$	$\frac{555.130,67}{6.407.632,51}$	=	8,66%	mede o peso da receita proveniente de empréstimos contraídos a terceiros na receita total
$\frac{\text{Fundos comunitários}}{\text{Receita total}}$	$\frac{572.483,82}{6.407.632,51}$	=	8,93%	mede o peso da receita arrecadada através de financiamentos comunitários na receita total



Rácios de estrutura da despesa:

<u>Pessoal</u>	<u>2.618.754,31</u>	=	40,84%	mede o peso das despesas com pessoal na despesa total da Autarquia
Despesa total	6.412.569,26			
<u>Despesas de funcionamento</u>	<u>3.797.804,29</u>	=	59,22%	mede o encargo das despesas de funcionamento na despesa total
Despesa total	6.412.569,26			
<u>Serviço da dívida</u>	<u>788.445,50</u>	=	12,30%	mede o encargo da dívida com juros e amortizações de capital na despesa total
Despesa total	6.412.569,26			
<u>Aquisição de bens de capital</u>	<u>1.579.642,17</u>	=	24,63%	mede o peso das despesas de capital na despesa total da Autarquia
Despesa total	6.412.569,26			

Grau de financiamento do Investimento:

<u>Fundos Comunitários de capital</u>	<u>572.483,82</u>	=	37,38%	mede o grau de cobertura dos investimentos pela receita arrecadada através dos fundos comunitários
Investimento	1.531.543,41			
<u>Fundos Municipais de capital</u>	<u>572.483,82</u>	=	36,24%	mede o grau de cobertura da aquisição de bens de capital pelos fundos municipais da mesma natureza
Aquisição de bens de capital	1.579.642,17			
<u>Passivos Financeiros (M/L prazo)</u>	<u>555.130,67</u>	=	36,25%	mede o grau de financiamento dos investimentos através de empréstimos contraídos a terceiros
Investimento	1.531.543,41			

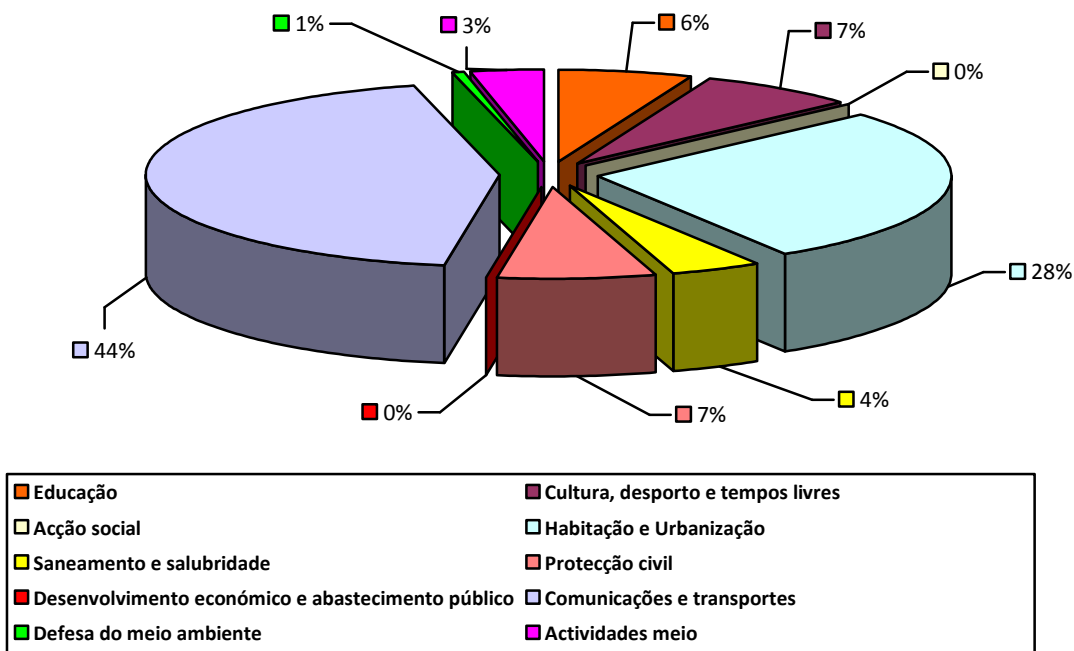


4.2 Das Grandes Opções do Plano

4.2.1 Do Plano Plurianual de Investimentos

Objectivos	Previsto	Executado	% Execução
Educação	280.011,00	97.870,85	34,95%
Cultura, desporto e tempos livres	797.981,00	111.853,96	14,02%
Acção social	21.308,00	1.598,75	7,50%
Habitação e Urbanização	718.854,60	437.822,01	60,91%
Saneamento e salubridade	95.384,00	65.577,17	68,75%
Protecção civil	134.037,00	114.862,53	85,69%
Desenvolvimento económico e abastecimento público	90.344,00	749,91	0,83%
Comunicações e transportes	1.407.549,00	690.003,58	49,02%
Defesa do meio ambiente	416.544,00	8.783,92	2,11%
Actividades meio	91.233,00	50.519,49	55,37%
Total Geral	4.053.245,60	1.579.642,17	38,97%

Execução anual do PPI por Objectivos



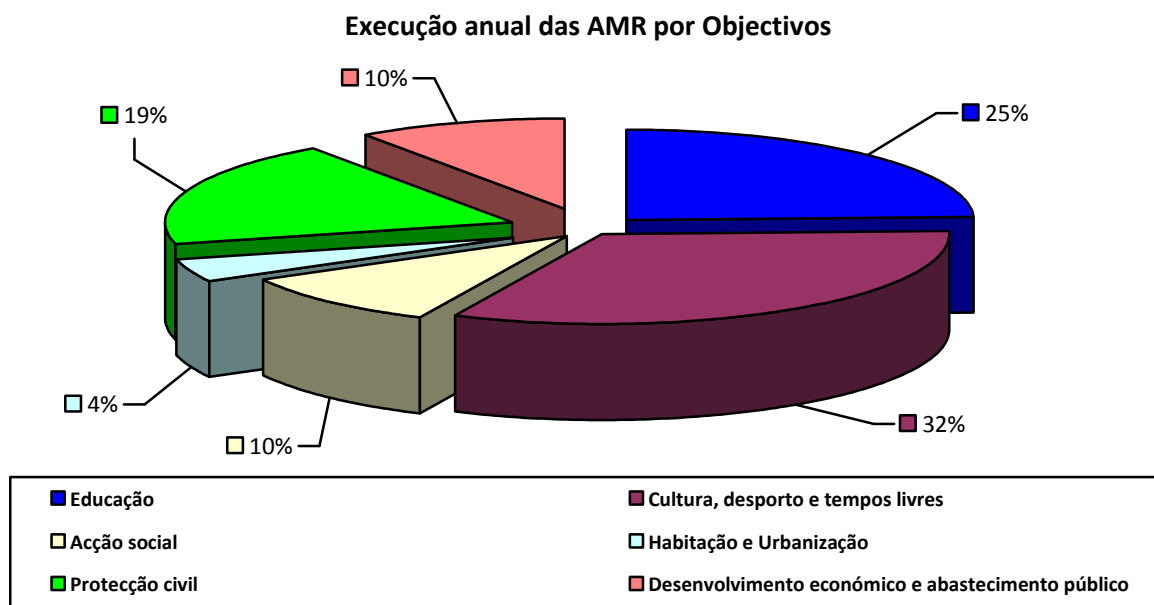


Da análise do quadro, comparando o montante total previsto no PPI com o valor executado, obtém-se uma taxa de execução de 38,97%. Deduzindo a taxa por Objectivos, constata-se que foi no Objectivo “Protecção civil” que se obteve a maior taxa de execução. O investimento aqui previsto e executado a 85,69%, diz respeito ao Programa de Prevenção Florestal, apoiado pela Medida Agris. Salienta-se ainda, as boas execuções conseguidas nos Objectivos “Saneamento e salubridade” e “Habitação e urbanização”.

Relativamente ao gráfico, este apresenta as taxas de execução por Objectivos, tendo em conta o montante total executado. Podemos verificar que Objectivo com maior peso é “Comunicações e transportes” contribuído com 44% para a execução total, seguido do Objectivo “Habitação e urbanização” com 28%. No Objectivo “Comunicações e transportes” destacam-se os Projectos “Beneficiação da E.N. 369”, Projecto Intermunicipal, que envolvia os Municípios de Alter do Chão e Fronteira, e o Projecto “Obra de reparação da E.M. 506 por Santo Aleixo”. No Objectivo “Habitação e urbanização” destacam-se os Projectos “Obra de execução das infraestruturas do Loteamento do Tapadão – 2.ª Fase” e “Obra de execução de infraestruturas do Loteamento do Campo dos Loureiros em Assumar”.

4.2.2 Das Actividades Mais Relevantes

Funções	Previsto	Executado	% Execução
<i>Educação</i>	62.200,00	57.011,38	91,66%
<i>Cultura, desporto e tempos livres</i>	78.375,00	75.296,34	96,07%
<i>Acção social</i>	39.406,40	23.425,92	59,45%
<i>Habitação e Urbanização</i>	34.154,00	9.506,30	27,83%
<i>Protecção civil</i>	85.316,00	44.750,00	52,45%
<i>Desenvolvimento económico e abastecimento público</i>	61.125,00	22.696,06	37,13%
Total Geral	360.576,40	232.686,00	64,53%



De uma forma geral, todas as Actividades Mais Relevantes apresentam uma boa taxa de execução, resultando no final um nível de execução global de 64,53%. O Objectivo “Cultura, desporto e tempos livres”, para além de apresentar o maior valor relativo, isto é, 96,07% do previsto foi realizado, apresenta também o valor absoluto mais elevado, no montante de 75,296,34€.

Do gráfico pode-se concluir que os Objectivos que mais contribuíram para o bom nível de execução foram o Objectivo “Educação”, a atingir uma taxa de 25% e onde constam, entre outras acções, o apoio social escolar, e o Objectivo “Cultura, desporto e tempos livres”, onde 94,5% da verba gasta respeita a prestações monetárias atribuídas às colectividades sediadas no concelho, através do Regulamento de Atribuição de Subsídios.

5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Análise e evolução da situação económica



Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados, uma peça importante na análise económica de qualquer exercício, traduz a formação dos resultados decorrentes da actividade da entidade.

Vejamos, então, o comportamento de custos e proveitos no ano de 2008.

Proveitos

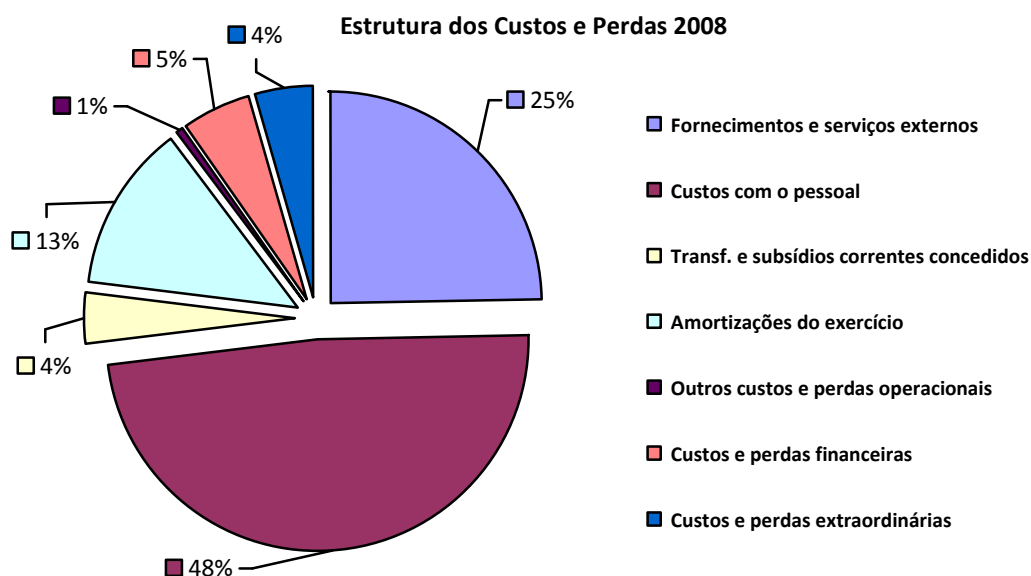
Proveitos e Ganhos		2008			2007	
Pocal	Descrição	Valor	% Estrutura	Variação	Valor	% Estrutura
7111	Vendas de mercadorias	5.830,55	0,1%	23,8%	4.710,59	0,1%
7112/3	Vendas de produtos	73.446,00	1,4%	20,7%	60.837,87	1,2%
712	Prestações de serviços	43.641,92	0,8%	-22,1%	56.015,10	1,1%
715	Reembolsos e Restituições	0,00	0,0%	-100,0%	-32,35	0,0%
72	Impostos e taxas	357.553,07	6,7%	17,7%	303.809,16	6,1%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.559.442,28	86,0%	6,5%	4.283.145,02	86,0%
	(B)	5.039.913,82	95,0%	7,0%	4.708.485,39	94,5%
78	Proveitos e ganhos financeiros	196.860,37	3,7%	3,7%	189.755,08	3,8%
	(D)	5.236.774,19	98,7%	6,9%	4.898.240,47	98,4%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	66.895,71	1,3%	-19,7%	81.980,46	1,6%
	Total dos Proveitos e Ganhos	(F) 5.303.669,90	100,0%	6,5%	4.980.220,93	100,0%

Fazendo uma análise desagregada dos proveitos, por natureza, verifica-se que os proveitos e ganhos operacionais, aqueles que resultam da actividade corrente da Autarquia, sofreram um incremento de 333.041,17€ do ano 2007 para o ano 2008, o que corresponde a uma variação relativa de 7,3%. Este resultado provém de um aumento de cerca de 17,7% verificado na cobrança de impostos, que, em termos absolutos, resulta num acréscimo de 53.743,91€, conjugado com um aumento nas transferências e subsídios obtidos, no montante de 276.297,26€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 6,5%. Quer os proveitos e ganhos financeiros, quer os extraordinários, não sofreram variações relevantes. Relacionando agora todos os proveitos e ganhos obtidos no ano 2008 e comparando-os com os proveitos obtidos no ano anterior, verifica-se um acréscimo de 323.448,97€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 6,5%.



Custos

Pocal	Custos e Perdas Descrição	2008			2007	
		Valor	% Estrutura	Varição	Valor	% Estrutura
62	Fornecimentos e serviços externos	1.279.790,77	24,8%	3,2%	1.239.889,00	23,7%
64	Custos com o pessoal	2.492.515,94	48,3%	2,8%	2.423.639,35	46,4%
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	194.997,16	3,8%	45,1%	134.342,37	2,6%
66	Amortizações do exercício	663.756,75	12,9%	39,6%	475.608,32	9,1%
65	Outros custos e perdas operacionais	27.953,74	0,5%	10258,6%	269,86	0,0%
	(A)	4.659.014,36	90,2%	9,0%	4.273.748,90	81,8%
68	Custos e perdas financeiras	273.072,33	5,3%	6,3%	256.860,54	4,9%
	(C)	4.932.086,69	95,5%	8,9%	4.530.609,44	86,7%
69	Custos e perdas extraordinárias	231.913,89	4,5%	-66,6%	693.994,02	13,3%
	Total dos Custos e Perdas (E)	5.164.000,58	100,0%	-1,2%	5.224.603,46	100,0%



Procedendo agora a análise dos Custos e Perdas, utilizando o mesmo método usado para a análise dos proveitos e ganhos, ou seja, pela sua natureza, verificamos que os custos e perdas operacionais sofreram um acréscimo de 9%, no montante de 385.265,46€, para o qual contribuíram os custos com pessoal, com 108.778,36€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 2,8% e, com mais relevância, as amortizações do exercício, com um valor



absoluto de 188.148,43€ e a que corresponde uma taxa de crescimento de 39,6% face ao valor do ano anterior.

A conta 68, onde se reúnem os custos e perdas financeiras suportadas pelo Município, passou dos 256.860,54€ no ano 2007, para os 273.072,33€ no ano 2008, a que corresponde um aumento de 6,3%. A conta 69 – Custos e Perdas Extraordinárias, regista a única quebra de valor, justificada pelo abate de um imobilizado, ocorrido no ano anterior e devidamente comentado na respectiva prestação de contas.

Apuramento de Resultados:

Analisando agora os resultados obtidos por natureza, através do confronto dos Proveitos e dos Custos do exercício, temos que os Resultados Operacionais são positivos, no valor de 380.899,46€, os Resultados Financeiros são negativos, no valor de (76.211,96€), os Resultados Correntes, que resultam do acréscimo dos Resultados Financeiros aos Resultados Operacionais, são positivos, no valor de 304.687,50€, os Resultados Extraordinários são negativos, no valor de (165.018,18€).

Acrescendo aos Resultados Correntes os Resultados Extraordinários, obtém-se um Resultado Líquido do Exercício no valor de 139.669,32€, como a seguir se pode constatar:

Apuramento de Resultados				
Natureza	Ano		Variação	
	2008	2007	absoluta	relativa
<i>Resultados Operacionais</i>	380.899,46	434.736,49	-53.837,03	-12,4%
<i>Resultados Financeiros</i>	-76.211,96	-67.105,46	-9.106,50	13,6%
<i>Resultados Correntes</i>	304.687,50	367.631,03	-62.943,53	-17,1%
<i>Resultados Extraordinários</i>	-165.018,18	-612.013,56	445.962,46	-72,9%
Resultado Líquido do Exercício	139.669,32	-244.382,53	383.018,93	-156,7%

Refere-se ainda a passagem de um RLE negativo, no ano 2007, para um RLE positivo, na gerência em apreciação.

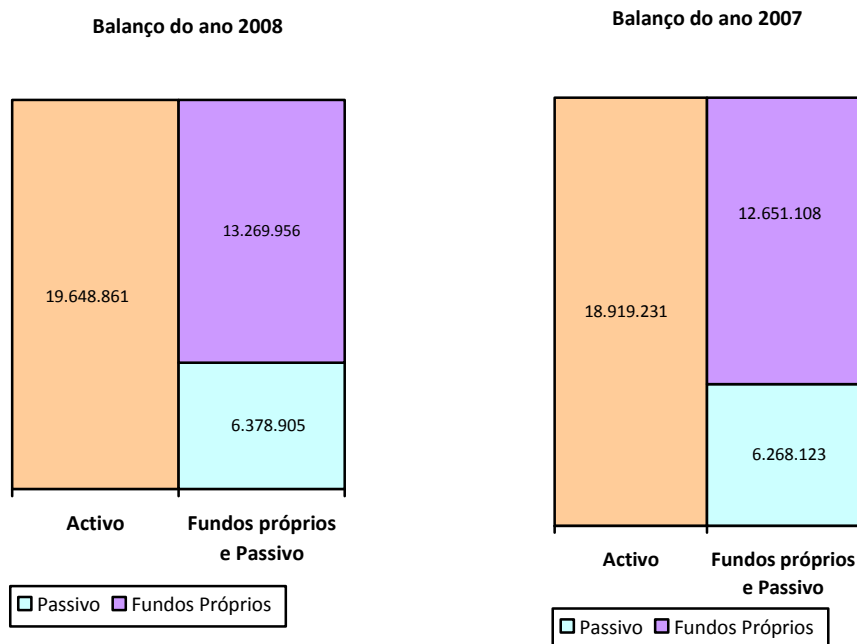


5.1 Análise e evolução da situação financeira

Análise ao Balanço

O Balanço é uma demonstração financeira, normalmente, reportada ao final de um qualquer período, e que espelha a comparação entre as massas activas e as massas passivas, entre os direitos e as obrigações, revelando a situação patrimonial e financeira da entidade, ou seja, a sua situação líquida.

De forma a melhor se perceber esta relação e o seu resultado apresentam-se de seguida, de uma forma simplificada, os gráficos dos balanços dos 2 últimos anos:



Como se pode verificar, a estrutura dos balanços não variou muito de um ano para o outro, isto é, não existe grande oscilação entre as duas componentes do membro direito do balanço (fundos próprios e passivo).

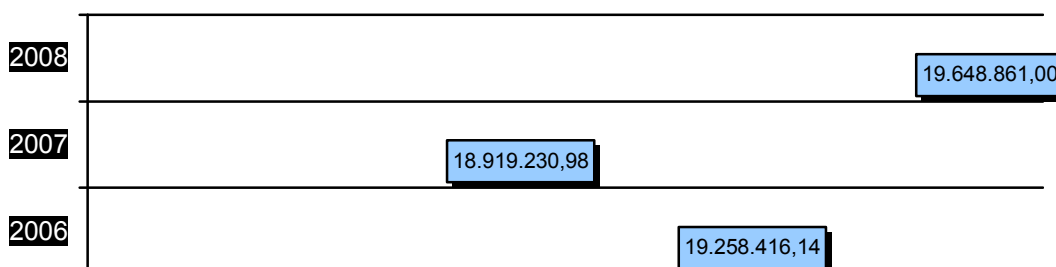
No total, o balanço cresceu 3,9% do ano 2007 para o ano 2008.



De seguida apresenta-se, de forma sintética, os valores dos diferentes elementos que compõem o balanço:

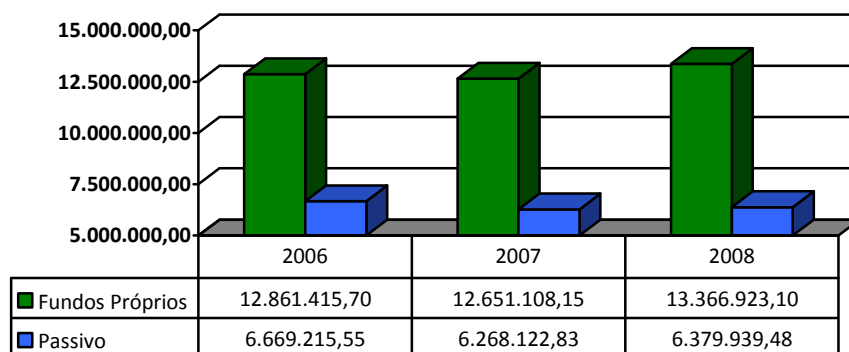
Balanço Sintético do ano 2008			
Activo		Fundos Próprios e Passivo	
Imobilizado		FUNDOS PRÓPRIOS	
Bens de Domínio Público	7.677.540,21	Património	13.127.157,94
Imobilizações em Curso	4.264.197,81	Reservas	355.496,79
Imobilizações Incorpóreas	175.460,71	Resultados transitados	-352.368,03
Imobilizações Corpóreas	7.838.848,90	Resultado Líquido do Exercício	139.669,32
Investimentos Financeiros	2.063.654,23	Total dos Fundos Próprios	13.269.956,02
	22.019.701,86		
CIRCULANTE		PASSIVO	
Existências	0,00	Dívidas a Terceiros – M. e L. Prazo	2.189.533,31
Dívidas de Terceiros – M. e L. Prazo	0,00	Dívidas a Terceiros – Curto Prazo	2.987.609,77
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	331.999,94	Acréscimos e Diferimentos	1.201.761,90
	331.999,94	Total do Passivo	6.378.904,98
DISPONIBILIDADES			
Títulos Negociáveis	0,00		
Depósitos em Inst. Financeiras	222.865,26		
Caixa	925,92		
	223.791,18		
Acréscimos e Diferimentos	0,00		
Amortizações e Provisões	-2.926.631,98		
Total do Activo	19.648.861,00	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	19.648.861,00

Evolução do Activo

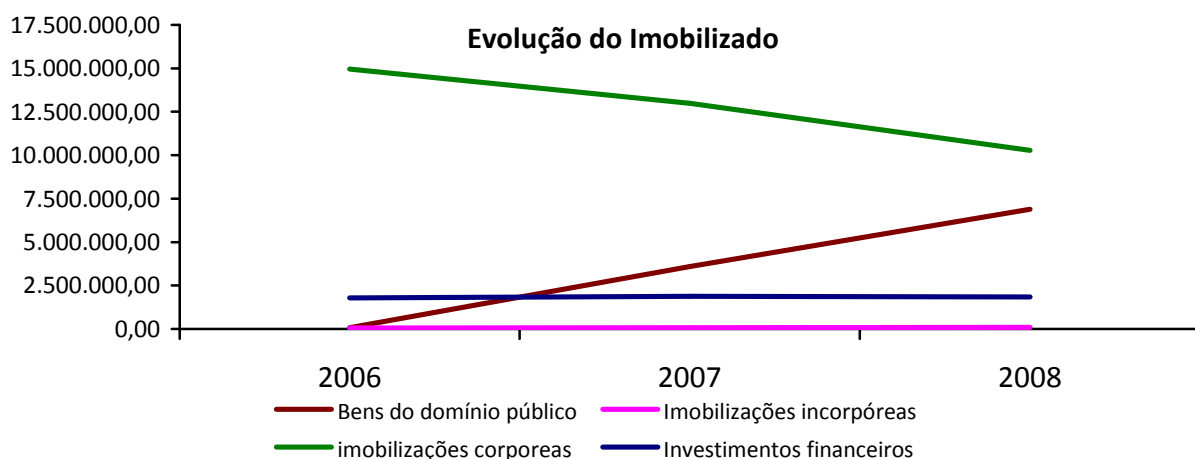




Em relação ao activo, verifica-se uma quebra no ano 2007, originada pelo peso das amortizações, no valor total de 2.304.315,95, não compensada pela entrada de novas imobilizações.



Analisando, em simultâneo, os dois elementos do membro direito do Balanço, verificam-se ligeiras oscilações nos valores, notando-se uma quebra no ano 2007, à semelhança do que havia acontecido no Activo, uma vez que o Balanço deve ser equilibrado. De referir ainda que no ano 2007, a Autarquia obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo influenciando, também ele, esta quebra. No ano 2008, a Autarquia recuperou positivamente, uma vez que superou os fundos próprios obtidos em 2006 e não permitiu acréscimos significativos no passivo.





Evolução do Imobilizado			
IMOBILIZADO	2006	2007	2008
<i>Bens do domínio público</i>	<i>81.300,26</i>	<i>3.597.387,60</i>	<i>6.881.711,11</i>
<i>Imobilizações incorpóreas</i>	<i>63.576,18</i>	<i>81.300,26</i>	<i>91.848,09</i>
<i>Imobilizações corpóreas</i>	<i>14.959.868,62</i>	<i>12.983.133,17</i>	<i>10.277.540,27</i>
<i>Investimentos financeiros</i>	<i>1.777.917,92</i>	<i>1.885.263,72</i>	<i>1.843.546,11</i>
Total	16.882.662,98	18.547.084,75	19.094.645,58

Na evolução da estrutura do Imobilizado, regista-se o aumento verificado nos bens do domínio público, mais concretamente, na conta 453 – “Outras construções e infraestruturas”, resultado do investimento feito no Concelho ao nível das infraestruturas básicas, construção e remodelação.

Ao nível das Imobilizações corpóreas realça-se a evolução negativa nestes últimos três anos, fruto do abate de algum imobilizado e do crescimento acentuado das amortizações.

As imobilizações incorpóreas e os investimentos financeiros têm se mantido relativamente estáveis.



5.3 Rácios

Rácios de Liquidez

1) *Liquidez geral:*

$$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante (curto prazo)}} = \frac{554.215,42}{2.987.609,77} = \mathbf{0,19}$$

2) *Liquidez imediata:*

$$\frac{\text{Activo Circulante - Existências - Créditos de curto prazo}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{223.791,18}{2.987.609,77} = \mathbf{0,07}$$

Rácios de autonomia financeira e solvabilidade

3) *Autonomia financeira:*

$$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Activo}} = \frac{13.269.956,02}{19.648.861,00} = \mathbf{68\%}$$

4) *Cobertura do imobilizado por capitais permanentes:*

$$\frac{\text{Capitais permanentes}}{\text{Imobilizações líquidas}} = \frac{15.459.489,33}{19.094.645,58} = \mathbf{81\%}$$

5) *Estrutura do endividamento:*

$$\frac{\text{Dividas a terceiros (curto prazo)}}{\text{Fundos próprios e passivo}} = \frac{2.987.609,77}{19.648.861,00} = \mathbf{15\%}$$

6) *Endividamento:*

$$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}} = \frac{6.378.904,98}{19.648.861,00} = \mathbf{32\%}$$

- 1) Exprime em que medida o activo circulante é financiado por recursos de curto prazo.
- 2) Mede o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- 3) Mede o grau de dependência da Entidade em relação aos seus credores.
- 4) Exprime o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.
- 5) Mede o peso das dívidas de curto prazo no no capital próprio e passivo.
- 6) Apura a extensão com que a Entidade utiliza os capitais alheios para financiar o activo.



Evolução dos Rácios:

Rácios	Anos		
	2006	2007	2008
<i>Liquidez geral</i>	0,07	0,07	0,19
<i>Liquidez imediata</i>	0,05	0,06	0,07
<i>Autonomia financeira</i>	63%	60%	68%
<i>Estrutura do endividamento</i>	21%	20%	15%
<i>Endividamento</i>	34%	33%	32%

Da análise à evolução dos rácios apresentados, pode-se constatar o seguinte:

A Entidade encontra-se desequilibrada no curto prazo, uma vez que apresenta o rácio de liquidez geral inferior a 1, o que significa que o activo circulante não é suficiente para cobrir o passivo circulante de curto prazo, no entanto, vem evoluindo positivamente.

Em termos de autonomia financeira o Município revela valores elevados, o que lhe garante bastante autonomia e está a evoluir no sentido positivo.

Em relação ao endividamento, o rácio de estrutura indica-nos que as dívidas de curto prazo tem um peso significativo, no entanto, do ano 2007 para o ano 2008, houve um decréscimo de 5%, facto que também se revela positivo, pois alivia o Município na dívida exigível de curto prazo. O ónus da dívida de curto, médio e longo prazos, tem decrescido nos últimos três anos, mas revela-se ainda bastante expressivo.



6. ENDIVIDAMENTO

6.1 Evolução da dívida

Dívidas de Terceiros:

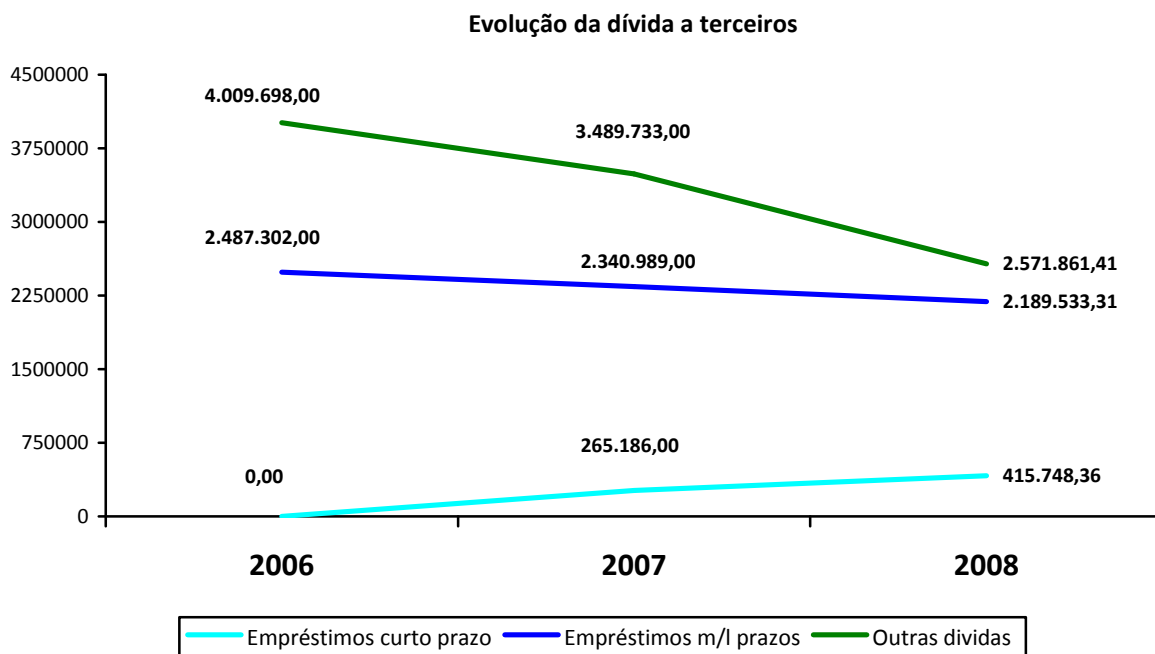
Evolução da dívida de terceiros nos últimos três anos			
Designação	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
<i>Dívida de curto prazo:</i>			
Estado e Outros Entes Públicos	61.232,00	54.430,00	51.866,66
Clientes			
Outros devedores			278.557,58
<i>Sub-Total</i>	<i>61.232,00</i>	<i>54.430,00</i>	<i>330.424,24</i>
<i>Dívida de médio, longo Prazo</i>			
Outras			
<i>Sub-Total</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Total</i>	<i>61.232,00</i>	<i>54.430,00</i>	<i>330.424,24</i>

Como se pode constatar no quadro acima, neste último ano de gerência há um crescimento, significativo, das dívidas de terceiros na rubrica “Outros devedores”. Tal facto deve-se à contabilização dos subsídios ao investimento, homologados por entidades terceiras e ainda não arrecadados pelo Município no final do ano.



Dividas a Terceiros:

Evolução da dívida a terceiros nos últimos três anos			
Designação	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
Divida de curto prazo:			
Instituições de Crédito	0,00	265.186,00	415.748,36
Outras	4.009.698,00	3.489.733,00	2.571.861,41
Sub-Total	4.009.698,00	3.754.919,00	2.987.609,77
Dívida de médio, longo Prazo			
Instituições de Crédito	2.487.302,00	2.340.989,00	2.189.533,31
Outras			
Sub-Total	2.487.302,00	2.340.989,00	2.189.533,31
Total	6.497.000,00	6.095.908,00	5.177.143,08



Empréstimos de curto prazo:

Os Empréstimos de curto prazo são utilizados para satisfazer necessidades de tesouraria, pelo que, da análise dos dados acima apresentados, o Município tem vindo a denotar alguma



fragilidade de tesouraria. De referir que o empréstimo contratado, serviu para liquidar facturação respeitante a projectos de investimento financiados pelo III QCA, que encerrou a 31 de Dezembro de 2008.

Empréstimos de médio/longo Prazos:

Dos dados apresentados, podemos verificar que apesar de o Município ter vindo a utilizar este recurso para financiamento de investimentos em curso (conforme se pode constatar na execução da receita), esta utilização não superou as amortizações efectuadas na dívida, uma vez que esta continua a descer.

Outras Dívidas:

Esta componente da dívida respeita, na sua quase totalidade, a fornecedores c/c e a fornecedores de imobilizado (contas 221 e 261). Convém referir que, para além da dívida ser de curto prazo, é a que tem mais relevância no passivo da Autarquia. No entanto, é notório o empenhamento do Município em reduzir este passivo. De 2006 para 2007 a redução ascendeu a 519.965,00€ e de 2007 para 2008 atingiu os 917.871.59€, que, somados, perfazem a quantia de 1.437.836,59€, correspondendo a uma redução de 35,9% do valor registado no ano 2006.



6.2 Enquadramento do Município face aos limites legais

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2008

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	277.391,26	2.428,62	274.962,64	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	116.359,84	593,18	115.766,66	* Valores anuais, os
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	132.019,77	1.835,44	130.184,33	quais devem
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	28.972,96		28.972,96	corresponder aos
Contribuição Autárquica	38,69		38,69	inscritos no formulário
Imposto Municipal de Sisa			0,00	Receitas Municipais',
DERRAMA*			0,00	relativo a 2007.
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	277.391,26	2.428,62	274.962,64	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-		(B)
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008)	-	-	3.882.521,00	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	4.157.483,64	(D) = (A) + (B) + (C)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	415.748,36	(E) = 10% × (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	4.157.483,64	(F) = 100% × (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	5.196.854,55	(G) = 125% × (D)

** Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).



2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

CONTAS	(€)		Observações
	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	
1 DISPONIBILIDADES	223.791,18		
11 Caixa	925,92		
12 Depósitos em instituições financeiras	222.865,26		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	313.799,05	6.114.858,75	
21 Clientes, contribuintes e utentes	1.575,70	25,66	
211 Clientes, c/c			
212 Contribuintes, c/c			
213 Utentes, c/c			
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		25,66	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.575,70		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores	0,00	396.519,56	
221 Fornecedores, c/c		387.341,10	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		9.178,46	
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		2.605.281,67	
231 Em moeda nacional		2.605.281,67	
2311 De curto prazo		415.748,36	
23111 Empréstimos bancários		415.748,36	
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		2.189.533,31	
23121 Empréstimos bancários		2.189.533,31	
23123 Outros empréstimos obtidos			
24 Estado e outros entes públicos	62.341,16	38.068,63	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	247.073,72	2.148.754,98	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	2.047.967,27	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		2.013.503,97	
2612 a 2617 (...)		34.463,30	
2618 Facturas em recepção e conferência			
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal		1.003,55	
263 Sindicatos		676,38	
264 Administração autárquica	0,00	4.987,98	
2641 Associações de municípios			
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias		4.987,98	
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)			
265 e 266 (...)		119,54	
267 Consultores, assessores e intermediários			
268 Devedores e credores diversos	247.073,72	94.000,26	
269 Adiantamentos por conta de vendas			
27 Acréscimos e diferimentos	2.808,47	926.208,25	
271 Acréscimos de proventos			
272 Custos diferidos	2.808,47		
273 Acréscimos de custos		97.395,19	
274 Proventos diferidos		828.813,06	
2741 a 2744 (...)			
2745 Subsídios para investimentos*		828.813,06	* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proventos diferidos*			
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES	144.164,60		
41 Investimentos financeiros	144.164,60		
411 Partes de capital	144.164,60		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)			
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	681.754,83	6.114.858,75	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENVIDAMENTO LÍQUIDO	681.754,83	5.286.045,69	(A)



3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

		(€)	
Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2	127.216,65	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1		
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2		
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	4.3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	9.328,43	
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2		
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1		
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2		
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11		
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex.as os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004)	12		
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13		
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 - OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14		
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15		
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16		
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17		
Empréstimos contraídos, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18		
Empréstimos contraídos para execução de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19		
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alinea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	20		
Empréstimos contraídos em 2008 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Requalificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (art.º 27.º do OE/2008)	21		
Outros empréstimos de médio e longo prazos (não excepcionados e não incluídos nos pontos anteriores)	22	2.052.988,23	
TOTAL		2.189.533,31	



Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	1		

(€)

RECAPITULATIVO			
Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	136.545,08	
Outras dívidas de médio e longo prazos excepcionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	

4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO TRIMESTRE

(€)

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	415.748,36	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA	415.748,36	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	2.189.533,31	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	4.604.290,86	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	136.545,08	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	2.468.736,59	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	4.467.745,78	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	415.748,36	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.157.483,64	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	5.196.854,55	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	0,00
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	1.688.747,05
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	729.108,77

* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

** Apenas no último trimestre do ano em causa.

Da interpretação dos mapas apresentados, conclui-se que o Município, no final da gerência de 2008, apresentava uma margem de endividamento líquido no montante de 729.108,77€ e uma margem de endividamento de médio e longo prazos no valor de 1.688.747,05€.



Proposta de Aplicação de Resultados

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no Ponto 2.7.3. do Pocal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Executivo Camarário propõe que:

O Resultado Líquido do Exercício, positivo, no valor de 139.669,32€ (cento e trinta e nove mil seiscentos e sessenta e nove euros e trinta e dois cêntimos), seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados” de forma a compensar parte do saldo negativo existente, no valor de (352.368,03 €).

Monforte, 15 de Abril de 2009

O Órgão Executivo



8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A candidatura apresentada pelo Município ao Programa de Pagamento Extraordinário de Dívidas do Estado (PREDE), ao abrigo da RCM n.º 191 – A /2008, de 27 de Novembro, no montante de 2.013.046,00€, mereceu aprovação por parte da Administração central, nomeadamente, da Direcção Geral do Tesouro e Finanças. Os montantes a contratar, com o Estado e a Instituição Financeira destinam-se a sanear dívida vencida a fornecedores.